

INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

Sandra Batista da Silva

<https://orcid.org/0009-0004-7070-6161>

E-mail: sandrinhasb13@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N2-34>

RESUMO: Este artigo aborda a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, problematizando os principais desafios e as estratégias para sua efetivação. Fundamentado na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), o estudo discute, a partir das contribuições de Mantoan (2003), Rodrigues (2006), Sasaki (2005) e Zanzarini (2023), os obstáculos estruturais, formativos e atitudinais que ainda persistem nas escolas. Entre os desafios, destacam-se a fragilidade da formação inicial e continuada dos professores para atender a esse público, a presença de barreiras atitudinais que alimentam preconceitos e baixas expectativas, e a precariedade das condições de infraestrutura e acessibilidade que muitas escolas não se adaptaram ainda. Como estratégias fundamentais, apontam-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE) articulado ao trabalho colaborativo entre os profissionais, a flexibilização curricular e a acessibilidade metodológica, bem como uma gestão democrática que envolva famílias e comunidade. Conclui-se que a inclusão é um processo real e possível quando sustentada por políticas públicas consistentes, formação docente adequada e uma mudança cultural que valorize a diversidade. O artigo reafirma a importância de uma escola para todos, onde o direito à aprendizagem seja efetivamente garantido como assegura a Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Necessidades Especiais. Formação docente. Ensino regular.

INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS IN REGULAR EDUCATION: CHALLENGES AND STRATEGIES

ABSTRACT: This article addresses the inclusion of students with disabilities in mainstream education, analyzing the main challenges and strategies for its implementation. Based on the Brazilian National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education (Brasil, 2008) and the Brazilian Inclusion Law (Brasil, 2015), the study draws on the contributions of Mantoan (2003), Rodrigues (2006), Sasaki (2005), and Zanzarini (2023) to discuss the structural, formative, and attitudinal barriers that still persist in schools. Among the challenges, the article highlights insufficient initial and continuing teacher education, the presence of attitudinal barriers that foster prejudice and low expectations, and inadequate infrastructure and accessibility conditions. Key strategies identified include the Specialized Educational Service (SES) integrated with collaborative work among professionals, curriculum flexibility and methodological accessibility, as well as democratic school management that involves families and the

community. The article concludes that inclusion is a feasible process when supported by consistent public policies, adequate teacher training, and a cultural shift that values diversity. It reaffirms the importance of a school for all, where the right to learning is effectively guaranteed.

KEYWORDS: Inclusive education. Disability. Mainstream education.

INTRODUÇÃO

A educação, enquanto direito social fundamental, tem sido palco de profundas transformações ao longo das últimas décadas. No centro dessas mudanças está o paradigma da educação inclusiva, um movimento que transcende a simples ideia de matrícula para se consolidar como um princípio ético, político e pedagógico. No contexto brasileiro, a garantia do acesso e da permanência de alunos com deficiência no ensino regular não é apenas uma diretriz, mas uma imposição legal respaldada pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 e, de forma mais incisiva, pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Contudo, a efetivação desse direito na prática cotidiana das escolas revela um cenário complexo, onde o discurso da inclusão frequentemente colide com a realidade estrutural, formativa e atitudinal das instituições de ensino.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular representa um dos maiores desafios para os docentes da educação básica. A inclusão exige uma reestruturação das escolas e de todo o público envolvido nela. Trata-se, portanto, de romper com um modelo educacional historicamente construído pautado na homogeneização da aprendizagem, que priorizava uma parcela dos alunos aqueles que se adequavam aos padrões de aprendizagem convencionais, para abraçar o novo modelo educacional que valoriza a diversidade de ensino e de aprendizagem.

Nesse sentido, a educação para ser inclusiva tem que assegurar ao discente com necessidades educacionais especiais, além de sua matrícula escolar tem que garantir que suas necessidades específicas sejam atendidas dentro do ambiente escolar, reconhecendo que a deficiência não é barreira para o seu desenvolvimento cognitivo.

Estudos na área da educação especial apontam, que poucos professores que atuam

no ensino regular têm formação específicas para atuar com os alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula. A formação oferecida pelas Universidades e faculdades não dá um embasamento teórico e prático adequado para que os docentes acolham esse estudante, os cursos tem carecendo de disciplinas que aprofundem o conhecimento sobre as especificidades das deficiências intelectual, física, visual, auditiva e do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Contudo, uma escola para atender esse público com necessidades educacionais especiais tem que ter materiais em braile, softwares de comunicação alternativa, intérpretes de Libras e salas de recursos multifuncionais. A ausência desses recursos transforma a sala de aula em um espaço excludente, onde o aluno com necessidades especiais, ficam sem condições de interagir com o meio a sua volta atrapalhando assim o seu desenvolvimento cognitivamente.

Outro desafio de natureza mais subjetiva, mas igualmente potente, é a questão atitudinal. A inclusão não se efetiva apenas por decretos, mas pela mudança de cultura escolar. O preconceito velado, o capacitismo e as baixas expectativas em relação ao potencial de desenvolvimento desses alunos ainda são realidades presentes no cotidiano escolar.

Há uma tendência histórica de superproteção ou, em contrapartida, de negligência pedagógica, onde o aluno com deficiência é incluído fisicamente, mas não é desafiado intelectualmente. Superar essas barreiras atitudinais requer um trabalho contínuo de sensibilização que envolva não apenas os educadores, mas toda a comunidade escolar — incluindo os estudantes sem deficiência — para que a diversidade seja compreendida como um valor que enriquece a experiência coletiva.

Os desafios expostos não anulam a existência de estratégias e práticas necessárias que apontam caminhos para a consolidação de uma escola inclusiva para todos. Entre essas estratégias, destaca-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que atua de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, oferecendo recursos e atividades que favorecem a autonomia e a acessibilidade curricular.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelas escolas de ensino regular no processo de inclusão de alunos com

necessidades especiais, bem como discutir estratégias pedagógicas eficazes para superar essas dificuldades.

Esta pesquisa é de grande relevância para a sociedade na medida em que ela vem fornecer subsídios teóricos e práticos para educadores e formuladores de políticas públicas, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais equitativo, onde a diversidade seja não apenas acolhida, mas celebrada e vivenciada como elemento essencial para o desenvolvimento de uma sociedade empática e democrática. Ao longo dos próximos capítulos, será realizada uma análise sobre as interseções entre a legislação, a prática docente e as condições institucionais, buscando assim caminhos possíveis para que o direito à educação de qualidade acessível de fato e concretizado para todos, sem exceção.

DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR

OS DESAFIOS ESTRUTURAIIS E FORMATIVOS DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

A consolidação de uma escola inclusiva pode se torna algo real mais exige o enfrentamento de muitos desafios que vão além da realização da matrícula escolar. Entre os diversos desafios podemos citar, a formação docente fragilizada para atender as demandas das crianças com necessidades especiais. Segundo Mantoan (2003), o desafio da inclusão esta na reorganização da escola e de seu funcionamento, para que todos sejam contemplados pela aprendizagem, sem importar suas características físicas, pessoais e sociais.

Para Rodrigues (2006), a formação de professores para a inclusão deve contemplar não apenas conhecimentos técnicos, mas também atitudes e valores que favoreçam a aceitação da diversidade. O autor ressalta que muitos docentes não estão preparados para atender as crianças com necessidades educacionais especiais porque seus cursos de formação inicial ainda tratam a educação especial como um saber complementar, e não como um eixo estruturante da prática pedagógica.

Nesse sentido, a formação continuada surge como um caminho indispensável.

Mantoan (2003) destaca que os professores precisam de tempo e apoio para refletir sobre suas práticas e construir, coletivamente, novas formas de ensinar que atendam a todos os alunos.

Sasaki (2005) contribui ao definir inclusão como o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir pessoas com necessidades especiais em seus sistemas sociais, e não o contrário. Para Sasaki (2005), a acessibilidade atitudinal é a primeira e mais importante dimensão, pois sem a eliminação de preconceitos, as demais formas de acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, metodológica) perdem sentido.

Diante do exposto vale reforçar que a transformação escolar depende, da aceitação as diferenças e da empatia pelas pessoas com necessidades educacionais especiais para que haja de fato uma transformação cultural para a valorização e respeito a elas.

As condições estruturais e de infraestrutura configura-se como desafios persistentes. Embora a legislação brasileira – como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) – estabeleça prazos para a adequação arquitetônica e estruturais muitas escolas ainda apresentam barreiras que dificultam a locomoção e a participação autônoma de estudantes com necessidades física ou sensorial.

Além disso, a falta de materiais pedagógicos acessíveis, como livros em braile, softwares de comunicação aumentativa e alternativa, e a ausência de intérpretes de libras suficiente para atender esse público, comprometem o direito à aprendizagem que a legislação ampara o sujeito com necessidades educacionais especiais.

ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS EXITOSAS: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) E AS METODOLOGIAS COLABORATIVAS

Diante dos obstáculos apresentados, para a efetivação da inclusão foram criadas as leis e políticas públicas. Entre elas, destaca-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE), instituído pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Segundo o documento, o AEE é um serviço da educação especial que identifica, as dificuldades cognitivas de cada discente e a parte daí elabora e organiza planos e recursos pedagógicos e de acessibilidade, para que os alunos consolidarem sua aprendizagem.

Mantoan (2003) ressalta que o AEE não substitui a escolarização, mas atua de forma complementar ou suplementar, oferecendo suporte que fortalece a autonomia do aluno e contribui para que o professor da sala comum possa ensinar com mais segurança. Para que isso ocorra, é fundamental a articulação entre o professor do AEE e o professor da sala regular. Rodrigues (2006) aponta que o trabalho colaborativo entre esses profissionais é uma das condições essenciais para que as adaptações curriculares sejam significativas e para que o aluno com deficiência não fique restrito ao atendimento especializado, mas participe ativamente das experiências comuns a todos.

Outra estratégia para que a inclusão aconteça seja o uso das metodologias ativas pois nesse método o aluno constrói o seu próprio conhecimento e de tecnologias assistivas nesse método o aluno tem todo o suporte necessário para sanar suas dificuldades como mobiliário adequado, leitores de tela, engrossadores de lápis e etc. Zanzarini (2023) observa que a adoção de práticas pedagógicas flexíveis, aliada à mediação constante do professor, favorece a participação e a interação social dos estudantes com necessidades especiais, reduzindo os efeitos das barreiras atitudinais.

A participação da família é primordial para o fortalecimento de todas as demais estratégias adotadas pelos docentes e pelas instituições de ensino para a concretização da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Segundo Mantoan (2003), a parceria entre escola e família é fundamental para que se conheçam as potencialidades e necessidades do aluno, para que haja continuidade entre os contextos e para que a inclusão não se esgote no espaço escolar. Quando a família é acolhida e participa ativamente do processo educativo, as possibilidades de sucesso escolar se ampliam efetivamente.

CAMINHOS PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO: CURRÍCULO, GESTÃO E PRÁTICAS COLABORATIVAS

Neste capítulo, abordam-se duas dimensões fundamentais para essa transformação: a flexibilização curricular e a gestão democrática, seguidas das práticas colaborativas que articulam os diferentes atores do processo educativo.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR E ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA

Um dos grandes equívocos ainda presentes no imaginário escolar é a ideia de que incluir alunos com deficiência significa “abaixar” o nível de exigência ou oferecer atividades simplificadas. Para Mantoan (2003), a inclusão não implica reduzir expectativas, mas sim diversificar estratégias para que todos os alunos tenham acesso ao conhecimento. Segundo a autora, o currículo deve ser pensado como um projeto flexível, capaz de se adaptar às diferentes formas de aprender, sem perder de vista os objetivos essenciais da formação escolar.

Rodrigues (2006) complementa essa perspectiva ao afirmar que a flexibilização curricular é um direito de todos os serem que participam do processo de aprendizagem. Para Rodrigues (2006), a escola inclusiva precisa abandonar a lógica do currículo único e homogêneo e passar a organizar situações de aprendizagem que valorizem a diversidade como um elemento essencial para que aconteça a aprendizagem.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) já previa que o atendimento educacional especializado (AEE) deve atuar de forma complementar à escolarização, proporcionando ao aluno especial recursos e estratégias que eliminem os obstáculos para o seu desenvolvimento integral.

Nesse sentido, a acessibilidade metodológica – ou seja, a disponibilização de diferentes formas de ensino, avaliação e comunicação – torna-se um eixo estruturante. Segundo Sasaki (2005), a acessibilidade metodológica é uma das seis dimensões da acessibilidade (junto com a arquitetônica, comunicacional, instrumental, programática e atitudinal) e diz respeito à eliminação de barreiras nas metodologias e técnicas pedagógicas.

Zanzarini (2023), em sua pesquisa sobre barreiras atitudinais, observa que muitas vezes a rigidez curricular acaba funcionando como um mecanismo de exclusão velada. Para a autora, quando o professor não dispõe de formação ou de apoio para diversificar sua prática, ele pode, involuntariamente, reproduzir expectativas negativas em relação ao desempenho dos alunos com deficiência. Zanzarini (2023) ressalta que a flexibilização curricular, aliada a uma postura mediadora do professor, contribui para a redução dessas barreiras, pois demonstra que todos os alunos são capazes de aprender, ainda

que por percursos diferentes.

GESTÃO DEMOCRÁTICA, TRABALHO COLABORATIVO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

A efetivação das práticas inclusivas depende, do modelo de gestão adotado pela escola, uma gestão democrática e participativa cria as condições ideais para que a inclusão se torne um compromisso coletivo, dos pais a da comunidade escolar como um todo. Sasaki (2005) argumenta que a inclusão é um processo que deve ser vivenciado por toda a sociedade, e a escola, é um espaço privilegiado para proporcionar essa convivência, é precisa incorporar esse princípio em sua organização.

Segundo Mantoan (2003), a gestão escolar inclusiva caracteriza-se pela valorização das diferenças, pela abertura ao diálogo e pela capacidade de envolver professores, funcionários, alunos e famílias na construção do projeto pedagógico. A autora ressalta que o diretor ou diretora exerce um papel fundamental nesse processo, pois é ele quem pode mobilizar a equipe, viabilizar recursos e garantir que as decisões sejam tomadas de forma compartilhada.

Rodrigues (2006) complementa essa visão ao destacar que o trabalho colaborativo entre os profissionais da educação é uma das chaves para o sucesso da inclusão. Para Rodrigues (2006), a co-docência, o planejamento conjunto entre professor da sala comum e professor do AEE, e a criação de redes de apoio dentro da escola são estratégias que têm demonstrado resultados positivos. O autor ressalta que a colaboração não ocorre espontaneamente; ela precisa ser institucionalizada por meio de horários coletivos, espaços de reflexão e uma cultura de confiança entre os pares.

A pesquisa de Zanzarini (2023) também aponta para a importância da gestão na superação das barreiras atitudinais. Segundo a autora, quando a direção da escola assume publicamente o compromisso com a inclusão e promove ações de sensibilização, os preconceitos e estereótipos são gradativamente desconstruídos. Zanzarini (2023) observa que a participação dos estudantes sem deficiência em atividades conjuntas com os colegas com deficiência, quando mediada de forma adequada, contribui para a construção de atitudes mais positivas e para a redução do estigma.

Um dos elementos fundamentais para o sucesso da inclusão escolar está na parceria entre família e escola. Mantoan (2003) enfatiza que a parceria entre escola e família não pode ser apenas formal, mas deve basear-se no diálogo contínuo e no respeito mútuo. Para a autora, as famílias conhecem as necessidades e potencialidades de seus filhos e podem contribuir decisivamente para o planejamento das estratégias educacionais. Rodrigues (2006) acrescenta que, muitas vezes, o distanciamento entre família e escola ocorre por falta de acolhimento institucional, e cabe à gestão criar canais efetivos para que os pais fiquem mais atentos a seus filhos e participem das ações da escola.

Sasaki (2005) amplia essa visão ao propor o conceito de “empoderamento” das pessoas com deficiência e de suas famílias. Para Sasaki (2005), a inclusão plena só se concretiza quando os próprios envolvidos são protagonistas das decisões que afetam suas vidas. Na escola, isso significa ouvir os alunos com deficiência e seus familiares, considerar suas opiniões nas adaptações e avaliações e garantir que participem dos espaços de decisão, como os conselhos escolares.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) também destaca a importância da articulação entre os diversos setores que podem promover o bem estar dos indivíduos como os serviços de saúde, assistência social e outros equipamentos comunitários, de modo a oferecer um atendimento integrado aos alunos com necessidades especiais. Essa articulação é importante para que a inclusão seja concretizada na prática e nos diversos setores que os indivíduos com necessidades especiais estejam, ou seja além dos muros das escolas.

A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) reforça, em diversos artigos, a obrigação de as escolas promoverem ambiente acolhedor e participativo. O artigo 28, por exemplo, determina que as instituições de ensino devem garantir “oferta de profissionais de apoio escolar”, “acessibilidade em todos os ambientes” e “participação da comunidade”. Essas determinações legais, combinadas com as contribuições teóricas dos autores citados, apontam para um modelo de gestão que coloca a colaboração e a democracia como eixos centrais da qualidade educativa e para inclusão de todos os setores envolvidos no processo educativo.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura de abordagem qualitativa, cujo objetivo foi analisar os principais desafios e estratégias relacionados à inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Para a construção do referencial teórico, optou-se por uma investigação bibliográfica em fontes consideradas consolidadas no campo da educação especial e inclusiva.

Foram selecionadas obras de autores referência na área, como Maria Teresa Eglér Mantoan, David Rodrigues e Romeu Kazumi Sassaki, cujas publicações abordam desde os fundamentos conceituais até as práticas pedagógicas e organizacionais necessárias à efetivação da inclusão.

Adicionalmente, recorreu-se a documentos oficiais de caráter normativo e orientador, notadamente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), por representarem os marcos legais que estruturam a política educacional brasileira na área.

Complementou-se a base documental com uma dissertação de mestrado recente, produzida no âmbito da Universidade Federal de São Carlos, que investiga as barreiras atitudinais no contexto escolar, conferindo atualidade e pertinência à discussão.

A seleção das fontes obedeceu aos critérios de relevância acadêmica, representatividade no debate sobre inclusão e alinhamento com os objetivos do estudo. A análise do material foi realizada por meio da leitura e da sistematização dos principais conceitos, organizados em eixos temáticos como desafios formativos, barreiras atitudinais, atendimento educacional especializado, flexibilização curricular, gestão democrática e práticas colaborativas.

Na análise realizada pelos artigos lidos percebemos convergências e divergências entre os autores e documentos, possibilitando a construção de uma argumentação coerente, fundamentada e sustentadas por referencial teórico atualizado, contribuindo para a compreensão crítica das possibilidades e limites da inclusão escolar no contexto brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma a construção deste artigo permitiu uma análise dos desafios e das estratégias que envolvem a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Concluimos que a educação inclusiva vai além da garantia de acesso físico à escola, mas exige uma transformação estrutural, pedagógica e empática com esse público para que se atinja todos os níveis do sistema educacional. Ao longo dos capítulos desenvolvidos, buscamos evidenciar que a inclusão é um processo complexo e dinâmico, porém possível de se concretizar na prática, desde que haja políticas públicas consistentes, formação docente adequada, gestão democrática e práticas colaborativas.

Um dos pontos centrais que emergiu da análise diz respeito à formação docente. Segundo Mantoan (2003), o desafio da inclusão é repensar a escola, sua organização e funcionamento, para que todos de fato sejam amparados para conseguir se desenvolver cognitivamente dentro de suas próprias condições.

Essa reflexão implica que os cursos de formação inicial e continuada precisam superar a lógica de que a educação especial é um “anexo” da formação geral, passando a integrar conhecimentos, atitudes e metodologias que preparem os professores para lidar com a diversidade desde o início de sua carreira. Para Rodrigues (2006), a formação deve abranger não apenas aspectos técnicos, mas também valores e crenças, pois a mudança de atitude é condição indispensável para a efetivação da inclusão.

Nesse sentido, as barreiras atitudinais aparecem como um dos obstáculos mais comum. Zanzarini (2023), em sua pesquisa sobre o tema, ressalta que essas barreiras estão impregnadas de aspectos psicológicos e coletivos, manifestando-se em preconceitos, e baixas expectativas com relação a aprendizagem desses alunos. A autora conclui que, mesmo quando a escola dispõe de recursos físicos e materiais, a manutenção de barreiras atitudinais compromete seriamente a qualidade do processo inclusivo. Superar essas barreiras, portanto, exige um trabalho contínuo de sensibilização, formação e envolvimento de toda a comunidade escolar.

Outro eixo fundamental discutido foi o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as práticas colaborativas. A Política Nacional de Educação Especial na

Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) estabelece o AEE como um serviço que deve complementar a escolarização, eliminando barreiras e fornecendo recursos de acessibilidade.

No entanto, como observam os autores, a eficácia desse serviço depende de sua articulação com o trabalho do professor da sala comum. Rodrigues (2006) destaca que o trabalho colaborativo entre os profissionais da educação é uma das chaves para o sucesso da inclusão, enquanto Mantoan (2003) enfatiza a importância do planejamento coletivo e do tempo institucional dedicado à reflexão conjunta.

A flexibilização curricular e a acessibilidade a múltiplas metodológica mostraram-se estratégias indispensáveis para a concretização da inclusão. Sasaki (2005) contribuiu ao definir a acessibilidade metodológica como uma das seis dimensões da acessibilidade, referindo-se à eliminação de barreiras nas metodologias e técnicas pedagógicas. Essa perspectiva reforça que o currículo tem que ser bastante flexível, oferecendo muitas possibilidades para que os alunos possam aprender de acordo com suas potencialidades.

No que se refere à gestão escolar, a análise evidenciou que a inclusão depende de uma liderança comprometida e de uma cultura organizacional participativa. Sasaki (2005) argumenta que a inclusão é um processo que deve ser protagonizado por toda a sociedade, e a escola, como espaço privilegiado de convivência, precisa incorporar esse princípio em sua organização. Para Mantoan (2003), a gestão democrática, aberta ao diálogo e ao envolvimento de famílias e comunidade, cria as condições para que as práticas inclusivas se consolidem. A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) colabora com essa visão ao estabelecer, em seus artigos, a obrigatoriedade de assegurar profissionais de apoio, acessibilidade e participação comunitária.

Diante do exposto, é possível afirmar que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular é um projeto possível e real, desde que haja políticas públicas, investimento em formação docente, reestruturação das escolas e, sobretudo, um compromisso ético com a valorização da diversidade.

Os autores estudados convergem ao afirmar que a inclusão beneficia todos os estudantes, pois promove uma escola mais atenta às diferenças, mais criativa em suas práticas e mais justa em suas relações.

Portanto, as considerações finais deste artigo apontam para a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre as condições concretas de implementação da inclusão, bem como de fortalecer as redes de apoio entre escolas, universidades, famílias e serviços públicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

RODRIGUES, David. **Educação inclusiva: dos conceitos às práticas.** Lisboa: Edições Piaget, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 2005.

ZANZARINI, Brena Santana. **Inclusão escolar: um estudo das barreiras atitudinais.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2023.

Submissão: novembro de 2025. Aceite: dezembro de 2025. Publicação: abril de 2026.